



## Modos de inclusão digital no site Portal Comunitário<sup>1</sup>

Inclusão digital e cidadania: uma reflexão sobre a contribuição do Portal Comunitário

Temitope J. ARANSIOLA<sup>2</sup>

Roseli STEPURSKIS<sup>3</sup>

Kauana Mendes SOUZA<sup>4</sup>

Maria Lúcia BECKER<sup>i</sup>

### Resumo

O presente artigo se propõe a mostrar como as pessoas têm acesso à informação através do site do portal comunitário. O site foi criado em 2008 por meio de um projeto de extensão (disponível no endereço eletrônico: <http://www.portalcomunitario.jor.br>). O projeto tem como objetivo fazer a manutenção e garantir o papel do portal comunitário, ao criar espaços para as opiniões e ideias dos cidadãos, como incentivar a participação ativa através de comentários. Mostrando a comunicação comunitária como meio que aproxima o leitor, torna-o, não somente receptor, mas produtor do conteúdo comunicacional. Entende-se que o site é um veículo de promoção da inclusão digital integrada às novas necessidades de cidadania. Desse modo, são levantados elementos para refletir sobre o caráter interativo e participativo do site, em sintonia com os princípios da comunicação comunitária e do webjornalismo.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária; Cidadania; Inclusão Digital; Portal Comunitário.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na modalidade Artigo Científico da IV Conferência Sul-Americana e Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. . E-mail: [brisknspicy@yahoo.com](mailto:brisknspicy@yahoo.com)

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: [roseli-stepurski@hotmail.com](mailto:roseli-stepurski@hotmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail:

[kauanamendes1988@hotmail.com](mailto:kauanamendes1988@hotmail.com)

Orientadora do trabalho: Professora do Curso de Jornalismo da UEPG. E-mail: [marialuciabecker@yahoo.com.br](mailto:marialuciabecker@yahoo.com.br)



## **Introdução**

O Portal Comunitário é um projeto de extensão e também jornal-laboratório online criado pela iniciativa da professora Maria Lúcia Becker no curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O site realiza cobertura jornalística baseada nos princípios de comunicação comunitária, tratando temas de interesse das comunidades, entidades e movimentos sociais. Busca, desde o princípio, aliar ensino e extensão, sendo que seu principal objetivo é “dar visibilidade aos grupos e entidades da sociedade civil organizada de Ponta Grossa, propiciando um debate sobre os assuntos voltados aos interesses da comunidade e, ao mesmo tempo, contribuindo para uma formação jornalística comprometida com a cidadania.”(WOITOWICS; BECKER; XAVIER; e GONÇALVES, 2010 p.2).

A cobertura é realizada a partir do trabalho interdisciplinar do curso de Jornalismo, desenvolvido nas disciplinas de Comunicação Comunitária, Webjornalismo, Telejornalismo II (do terceiro ano) e Redação Jornalística II (do segundo ano). Os alunos produzem conteúdo jornalístico através dos problemas e necessidades buscados na comunidade, por meio de levantamento de campo, pesquisas e entrevistas.

O projeto integra não somente a participação dos alunos e professores, mas também da comunidade. São 58 grupos, associações de moradores, sindicatos de trabalhadores, movimento sociais e outras organizações não-governamentais, populares, culturais e sociais da cidade de Ponta Grossa/PR.

No presente artigo, apresenta-se a dinâmica de trabalho do Portal Comunitário para evidenciar a importância da participação dos leitores no fortalecimento da comunicação horizontal. Além disso, o objetivo é mostrar que a tecnologia permite a interação entre emissor e receptor, propiciando que receptores tornem-se também comunicadores. Trabalha, assim, no sentido da descentralização, por meio de uma comunicação de mão dupla, rompendo com o modelo dos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e jornal), em que o processo comunicativo se dá somente num único sentido.

A comunicação comunitária é o meio que mais se aproxima do leitor e se coloca presente, pois atende interesses de setores da sociedade ou, mais especificamente, de grupo de pessoas. Com base nesta reflexão, são apresentados os acessos diários do site, dia e mês de maior acesso, para reforçar como as pessoas participam e contribuem com suas ideias e opiniões. Porém este modelo ainda mostra dificuldades e limites, pois o projeto não consegue



fazer a cobertura de todas as entidades, e, concomitantemente, a informação não chega para todos. Mesmo nos lugares onde a cobertura é realizada, a maioria das pessoas não têm acesso à internet, ou não sabem utilizar as ferramentas na rede.

### **Modos de fazer comunicação comunitária: inclusão digital e social**

A produção do conteúdo jornalístico do Portal Comunitário é feita pelas turmas do segundo e terceiro ano do curso de Jornalismo, a partir das disciplinas de Comunicação Comunitária, Webjornalismo, Telejornalismo II e Redação Jornalística II. Os acadêmicos do terceiro ano são responsáveis por visitar as entidades e grupos que participam do projeto, tentando pautar os assuntos de interesse público que dizem respeito à comunidade.

A comunicação comunitária é um meio que permite a transmissão de informação a partir de fontes e serviços de interesse popular, dando espaço para o cidadão comum. Amplia, assim, a participação e cria a inclusão social, principal tema deste artigo. O Portal Comunitário busca diversificar o ensino e a extensão, criando participação popular que instiga a interatividade entre os grupos sociais.

Mike Ward (2006, p. 149-150) indica três modelos de interatividade: o unilateral, em que há apenas a relação unidirecional entre jornalista e usuário do site; o modelo bilateral, onde a interação entre jornalista e usuário é bidirecional, ou seja, o usuário torna-se fornecedor de informações, além de consumidor; e o modelo trilateral, que se caracteriza pela colaboração dos usuários com outros usuários e com o jornalista, num processo triangular e horizontal.

O baixo poder aquisitivo, que não permite adquirir meios de acesso e financiar conexão com a internet, cria margem para discussões a respeito da não inclusão digital. Além disso, sem fazer um uso consciente das tecnologias disponíveis, o cidadão online será privado de exercer seu direito à informação e à comunicação. Vale ressaltar que, além do acesso à infraestrutura e equipamentos, a inclusão digital necessariamente envolve: o instrumental cognitivo (desde a alfabetização digital até a aquisição de habilidades no uso de aplicativos que possibilitem a produção de conteúdos); a constituição de tele-existência, ou seja, a criação de pontos de presença na rede, individuais e coletivos (comunidades, organizações, grupos



com os quais os cidadãos se identifiquem), assim como a inserção de conteúdos (informações, saberes e criações); o acesso público e gratuito dentro da rede, restringindo-se o mais possível a existência de portões que se abrem apenas com os dados de cartões de crédito; e a apropriação e desenvolvimento de tecnologia, quer dizer, a qualificação para usar e também para alterar, adequar, transformar as tecnologias existentes, ou criar novas, de forma que atendam as demandas de cada um dos setores da sociedade (BECKER, p. 78-79).

Para que cada indivíduo exerça sua cidadania de forma igualitária aos demais, deve ser cidadão também na rede. Para isso, é necessário que cada indivíduo domine o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). No Brasil, de acordo com dados de 2011 do Comitê Gestor de Internet (CGI), em pesquisa feita pelo Centro de Estudos das Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC.br),<sup>5</sup> 45% das residências possuem equipamentos de , sendo que 38% têm acesso à internet. Do total da população brasileira, apenas 45% daqueles com mais de 10 anos de idade, são usuários de internet, percentual que varia conforme a faixa etária, a renda, a escolaridade e a localização por região do país. No caso da renda, por exemplo, enquanto na classe A, 94% tem acesso à internet, na classe C, em que se localiza mais da metade da população brasileira, apenas 58% tem essa possibilidade.

## S

Considerando que a maior parte da população brasileira pertence às classes “D” e “E”, e que o Portal Comunitário atua prioritariamente junto a estas classes, conclui-se que as matérias feitas nos bairros e/ou entidades não são lidas/vistas por todos, pois nestes setores da sociedade o acesso à internet ainda é restrito. Para que haja um nível elevado de desenvolvimento tecnológico e humano, é preciso promover a inclusão digital dos que estão à margem da sociedade da informação. A exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e de boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede (SILVEIRA, 2001, p.18).

O tema cidadania no contexto da internet se coloca no cruzamento do uso da rede com as vivências diárias no bairro, na cidade ou no mundo. As relações humanas, cada vez mais

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.cetic.br/publicacoes/index.htm> Acesso em: 15 Jun. 2013



marcadas pela técnica e pelo imaginário da informática, têm como sociedade ideal aquela que depende da informação.

(...) Uma sociedade onde a informação circula livremente, onde viver de fato implica viver com a informação adequada, onde a vida é a participação nessa corrente contínua pela qual a informação é trocada, onde as influências do mundo exterior encadeiam-se com os atos que permitem que se atue sobre ele (BRETON, 1991, p. 177).

Segundo Maria Lúcia Becker, no livro “Inclusão Digital e Cidadania”, as condições para o exercício de cidadania na atualidadesão de que, quanto maior o envolvimento da pessoa em ações de cidadania, maior será o comprometimento sócio-político-cultural, e conseqüentemente maior também a sensação de mudança provocada pelo uso da internet no seu cotidiano. Isto porque o uso da internet propicia melhor qualidade de participação, aprimoramento da cidadania e alterações na própria concepção de cidadania.

Para quem é liderança ou desempenha funções na área de formação dos participantes dos grupos/movimentos, o uso da rede viabiliza o acesso a “subsídios para palestras, aulas, reuniões, elaboração de textos, artigos...”, assim como torna mais eficaz e ampla a “Formação”, pois facilita a promoção da “divulgação, troca, repasse de material” (BECKER, p. 161).

A internet permite ter informação e acesso direto, sem intermediários, proporcionando conhecimento e acessibilidade aos órgãos municipais, estaduais e nacionais. O principal benefício para as associações de moradores, ONGs e outros grupos é a ampliação das



possibilidades de informação e comunicação, seja entre as diversas organizações populares, seja destas com seus participantes e simpatizantes, ou destas com a sociedade em geral.

As atividades dentro e fora da rede se completam. A comunicação instantânea é viabilizada por meio da internet, que facilita as articulações entre comunidades, bairros ou grupos. A comunicação comunitária é o único tipo de meio comunicativo que está presente nos lugares onde residem pessoas de baixa renda. Assim, contribui para que elas se tornem sujeitos da comunicação e deixem de ser somente receptores, mas principalmente produtores do conteúdo informativo.

Segundo Pierre Lévy, no livro *Cibercultura*, os dispositivos técnicos da atualidade representam os valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Ele defende que o ciberespaço pode ser a materialização técnica dos ideais modernos, e que a evolução da informática é comparada à realização dos objetivos marxistas de apropriação dos meios de produção pelos produtores.

(...) na era das mídias eletrônicas, a igualdade é realizada enquanto possibilidade para que cada um emita para todos; a liberdade é objetivada por meio de programas de codificações e do acesso transfronteiriço a diversas comunidades virtuais; a fraternidade, enfim, transparece na interconexão mundial (LÉVY, 1999, p. 245).

Ronaldo Nunes Linhares, no texto “Internet e Ação Comunicativa como elementos do Espaço Público sob uma perspectiva habermasiana: crise e transição”, diz que o espaço público é o lugar onde se desenvolve o exercício de se tornar público, de publicar ideias, conceitos e vontades dos grupos perante circunstâncias e problemáticas comuns a todos.

(...) O exercício de tornar público, de coletivizar ideias e opiniões sobre o que é público, a gerência do comum a todos, e principalmente sobre as possibilidades legais da participação nas estruturas do poder político tornou-se um



importante passo para os homens, e para seus grupos (LINHARES, 1999, p. 35).

Praticar a cidadania é adotar posições como elemento integrante de um todo, é mais do que simplesmente pertencer à sociedade, implica também desenvolver ações. E o uso da internet colabora nesta iniciativa de cidadania, trazendo um sentimento de pertencimento, de inclusão no mundo, à medida que o cidadão participa da vida social e comunitária através das ferramentas da rede (BECKER, 2009, p. 185-190).

### **Interatividade e inclusão digital**

Os dados estatísticos registrados pelo Google Analytics no período de 29/03/2013 a 28/04/2013<sup>6</sup> informam que, neste mês, o Portal Comunitário teve 11.135 visitantes únicos, que fizeram 13.529 visitas, com um total de 36.764 visualizações de páginas, ou seja, uma média de 2,72 páginas acessadas por visita. A observação destes números revela que um primeiro nível de interatividade, a dos usuários com o site, de fato ocorre, pois a média de páginas acessadas por visita é significativa, se considerado que se trata de um veículo de tipo hiperlocal, o que significa a prevalência de interesses específicos em muitos usuários (por exemplo, um trabalhador que entra por meio de um link enviado por um amigo e lê apenas a reportagem sobre o fato mais recente relacionado à sua categoria profissional). Vale lembrar que o Google Analytics só registra visitas com mais de 30 segundos, ou seja, não registra a entrada de usuários de outros locais do Brasil e do mundo, que, chegando por meio de pesquisa em mecanismos de busca, se deparam com um site de Ponta Grossa/PR e saem imediatamente. Um programa de registro interno do site indica uma proporção média de 50% de visitas de 0 a 30 segundos mensalmente (número que, portanto, não está incluído nos registros do Google Analytics).

Além destes dados gerais de audiência, dois outros indicadores devem ser enfatizados, na discussão da relação direta da comunicação comunitária com a inclusão digital: o aumento do número de acessos em matérias de arquivo e o número de acessos de acordo com o

---

<sup>6</sup> Período usado para amostragem na pesquisa uma vez que este foi o último mês de registro do Google Analytics antes de o site ser retirado do ar – devido a problemas técnicos causados por uma falha de segurança que se desdobrou na instalação de arquivos invasores nas pastas da raiz do site – e ser reinstalado em novos servidores. No momento, a versão reinstalada ainda não se encontra estável, daí a opção por não recolher dados do mês de maio ou junho/2013.



horário. As páginas das grandes categorias (chamadas categorias-pai) – Bairros, ONGs e Grupos, Movimentos Sociais e Sindicatos,<sup>7</sup> acessíveis no menu horizontal superior – disponibilizam os títulos das matérias, a data de publicação e o número de acessos. Uma rápida passada de olhos permite observar que os conteúdos publicados em 2013 contam, em sua maioria, com menos de 100 acessos; os de 2012 registram, em geral, de 200 a 600 acessos; os de 2011, de 1.000 a 1.500/2.000 acessos.<sup>8</sup> Isso significa que: a) a cada dia entram no site pessoas que não viram ainda as matérias anteriores; b) que estes usuários são pessoas pertencentes ou ligadas a alguma das comunidades (bairro, entidade, grupo, movimento), fato revelado pelo interesse em ler todo o material disponível sobre essa comunidade. Quanto aos horários, os registros trazem picos de audiência no período próximo ao almoço e no final da tarde, ao mesmo tempo em que a audiência geral do site em finais de semana é baixíssima, caindo para em torno de um terço do número que se verifica na média dos chamados dias úteis.

Estes dados podem ser explicados como decorrência de fatores como: 1) a entrega de um cartão com o endereço do site a cada pessoa entrevistada em bairros, sindicatos, ONGs, locais de trabalho, eventos de entidades ou mobilizações de movimentos sociais; 2) a indicação do site por meio de um “boca-a-boca” entre pessoas de alguma forma ligadas às matérias e seus amigos, vizinhos, parentes, colegas de trabalho ou estudo; 3) o acesso à internet em equipamentos de uso compartilhado – no trabalho, escola, universidade, sindicato, entidade comunitária ou de assistência, entre outros.

Num outro nível de interatividade, quando há a participação do usuário com a inserção de algum conteúdo, seja informativo ou opinativo, em diálogo com o veículo e/ou com os outros usuários (modelos bilateral e trilateral, apresentados por Ward), constata-se que as matérias mais comentadas são aquelas cujos temas e subtemas estão mais diretamente ligados às demandas do cotidiano. A análise dos comentários feitos pelos usuários desde abril/2011 mostra que as matérias com maior número de participações são aquelas que tratam de direitos: dos trabalhadores em geral, dos vigilantes, dos comerciários, das pessoas com deficiência (veja na tabela abaixo).

<sup>7</sup> Conferir em [www.portalcomunitario.jor.br](http://www.portalcomunitario.jor.br)

<sup>8</sup> Neste ponto, ressalva-se que o material de 2008 a 2010 não deve ser comparado com o dos anos seguintes (2011-2013), dado que esta parte inicial dos bancos de dados ficou inacessível ao público por todo o ano de 2011, quando o site passou por uma reinstalação e reformulação completa, sendo perdidos os registros dos acessos feitos até então.



**TABELA 1**

**Matérias com maior número de comentários no período de 04/2011 a 04/2013**

Título da matéria	Categoria	Número de comentários
Horas extras compensação e banco de horas: conheça os direitos dos trabalhadores	Espaço Jurídico (artigo)	24
<a href="#">Condições de trabalho permitem aposentadoria especial para vigias</a>	Vigilantes	21
Vereadores de Ponta Grossa	Noticias da Câmara	14
Sindicato dos Comerciários busca esclarecer dúvidas trabalhistas	Comerciários	11
Leis garantem os direitos dos deficientes visuais	Editoriais	9

Fonte: Elaboração própria, com dados coletados em [www.portalcomunitario.jor.br](http://www.portalcomunitario.jor.br)

Observando que cerca de 90% destes comentários – inseridos nas matérias mais comentadas – se constituem de perguntas feitas por usuários do site a partir da leitura de uma notícia ou artigo que trata de direitos dos cidadãos, verifica-se que há uma demanda por esclarecimentos nos setores da sociedade em que se insere o Portal Comunitário. Portanto, se estes setores são aqueles com menor grau de inclusão digital, a disponibilização de material com tais conteúdos pode funcionar como um fator de estímulo à inclusão digital e à cidadania,



uma vez que, no boca-a-boca (presencial ou via redes sociais) vai sendo passada a perspectiva de obter no site a informação que se desdobrará concretamente em exercício da cidadania por meio da ação individual ou coletiva de exigência do respeito aos direitos.



## **Conclusão**

Conclui-se que a Comunicação Comunitária é um modo eficiente de inclusão social e digital devido ao esforço de inserção, à medida que o portal cobre entidades, bairros e organizações não governamentais, quando dá visibilidade aos diversos grupos minoritários na sociedade. O Portal traz para a pauta midiática assuntos que não são abordados pelos meios de comunicação locais. Assim serve como ponte que interliga “os dois mundos”



## Referências Bibliográficas

BECKER, Maria Lúcia; WOITOWICZ, Karina Janz, XAVIER, Cíntia e GONÇALVES, Hebe. **Portal Comunitário**: uma experiência interdisciplinar de produção laboratorial no curso de Jornalismo da UEPG. Ponta Grossa, 2010.

BECKER, Maria Lúcia. Inclusão digital e cidadania: as possibilidades e as ilusões da “solução” tecnológica. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

SARAIVA Enrique, Martins Paulo Emílio Matos e PEIRANTI Octavio Penna. Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa Capítula sete, **Cidadão Online**: das iniciativas de inclusão aos desafios da gestão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

BRETON, P. **História da informática**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1991.

LÉVY, P **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: ED. 34, 1999.

LINHARES, R N. **Internet e Ação Comunicativa como elementos do Espaço Público sob uma perspectiva habermasiana: crise e transição**. Novos Olhares, n.4,2. Semestre de 1999. São Paulo: Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECAUSP, 1999.

---